



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Mem. PL-COLINC/N.º60/2020

Pelotas, 21 de julho de 2020

De: Jaqueline Thies da Cruz Koschier

Coordenadoria da Área de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias

Para: Rafael Krolow Santos Silva

Diretoria de Ensino - Campus Pelotas

Renato dos Santos Rosa

Departamento de Ensino de Formação Geral - Campus Pelotas

Assunto: **Diretrizes para atividades remotas**

À DIREN, para ciência

Ao DEFG como resposta à demanda de discussão do documento

Às demais Coordenadorias, para troca de informação

Desejando-lhes desde já saúde nestes tempos pandêmicos, venho apresentar as ponderações, feitas pelo COLINC acerca do texto de diretrizes para atividades remotas. Após leitura e análise, o colegiado ponderou o seguinte:

I) O documento carece de diretrizes que sejam especificamente voltadas ao **Ensino Médio Integrado**, nível que concentra a maioria dos estudantes dos *campi*. A ausência de orientações específicas para o Ensino Médio Integrado reflete diretamente na falta de informações direcionadas ao trabalho a ser desenvolvido pelos docentes da Formação Geral.

II) Cabe salientar que, no Ensino Médio Integrado, as disciplinas da Formação Geral ocupam lugar de extrema relevância no desenvolvimento e conclusão da Educação Básica dos estudantes; assim sendo, há que se considerar com muita atenção as disciplinas da Formação Geral, sobretudo, àquelas que, neste momento, possam prescindir da utilização de laboratórios, em razão de sua natureza teórica.

III) O grupo concorda que o Moodle deva ser a plataforma eleita para o trabalho remoto no câmpus Pelotas, e que a escolha da plataforma deve ser unânime em cada câmpus a fim de se evitar dificuldades para os alunos se adaptarem a diferentes plataformas de ensino simultaneamente.

IV) Decidida a plataforma a ser usada, os alunos deverão receber capacitação para sua utilização. Os *campi* devem garantir acesso ao ensino remoto para 100% dos alunos.

V) Neste período de retomada de atividades acadêmicas acreditamos que um calendário teste pode ser elaborado, bem como uma disciplina com este intuito: o de familiarizar o aluno com o acesso à plataforma, suas ferramentas e usos. Dessa forma, os *campi* devem implementar um calendário flexível, com rodízio de oferta de disciplinas, de forma a não criar sobrecarga para os alunos e professores.

VI) O período de vigência do calendário teste não teria adesão obrigatória, nem dos alunos, nem dos professores.

VII) O estudo remoto, por ser uma opção emergencial, pode não ter a adesão do aluno que não quiser se matricular nesta modalidade de ensino, o que não o desvinculará de seu curso.

VIII) Considerando-se aqueles alunos para os quais o acesso ao computador, celular e internet será sempre uma dificuldade ou impossibilidade, não devemos prescindir da oferta de materiais de estudo por outros meios, como o material impresso (produzido ou não pelo professor), disponibilizado a esses alunos pelos *campi*, dentro de suas possibilidades (como as próprias instituições físicas para concentrar esses materiais e disponibilizá-los aos alunos).

IX) Faz-se necessário um inventário acerca dos livros didáticos, disponíveis no câmpus Pelotas, que possam ser distribuídos para os discentes a fim de apoiar seus estudos.

X) Considerando as várias nuances referentes aos direitos autorais e reprodução de materiais de aprendizagem, há que se esclarecer essa questão por meio de formação específica sobre este fim, para que os docentes tenham ampla ciência sobre o que está vetado reproduzir, como páginas de livros didáticos, por exemplo.

XI) Os *campi* devem garantir a capacitação dos docentes e dos estudantes para uso das tecnologias que forem adotadas para o ensino remoto.

XII) Para que o docente possa atender aos alunos de forma satisfatória, mantendo empatia, bom desempenho, sem sobrecarga ou estafa, é necessário garantir um contexto propício para tanto. Para além das formações específicas ofertadas pelo IFSUL, e manutenção da saúde física e mental, — já mencionadas no documento — é salutar que sejam observadas condições de trabalho que contemplem equipamentos, como notebooks e/ou celulares, que possam ser disponibilizados ao professor. Também devem ser analisadas situações de circunstância familiar que sejam barreiras para a oferta do ensino remoto pelo docente, como a presença de filhos com necessidades especiais em casa, por exemplo, o que talvez inviabilize momentos síncronos de aula.

XIII) Consideramos imprescindível a presença de uma Comissão paritária para acompanhar o ensino remoto nos *campi*, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade, nesse processo de retomada de atividades acadêmicas.

XIV) Com relação ao artigo 33, o grupo sugere que o trancamento da matrícula possa ser feito até o dia anterior à primeira avaliação da disciplina, tendo em vista que, neste momento específico, a realidade familiar pode mudar drasticamente em um curto espaço de tempo. Enfatizamos, também que o aluno tenha seu vínculo institucional garantido, no caso de não poder cursar atividades remotas.

Sem mais,

Atenciosamente,

Jaqueline Thies da Cruz Koschier

Coordenadoria da Área de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias

Autenticação N°. 72aba38f856d2cf085affb7cf4dc0c35